

ESPAÇOS LIVRE, PÚBLICOS E PROTEGIDOS NA CIDADE EDUCADORA: CONTRIBUIÇÕES PARA GESTÃO URBANA, UM ESTUDO DE CASO NO BAIRRO DE SÃO DEFENDE, CRICIÚMA/SC

Jaqueline Porto Silva, Julia Mendonça Faedo, Lays Juliani Hespanhol, Aline Eyng Savi, Elizabeth Maria Campanella de Siervi

Grupo de Pesquisa Sistema de Espaços Livres de Criciúma, Laboratório do Núcleo de Teoria e História - LABNETH /Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Avenida Universitária, n.1105, Bairro Universitário, Criciúma-SC

Resumo: O artigo apresenta os resultados iniciais de pesquisa que busca avaliar as condições de acessibilidade em espaços livre e públicos, relacionando com aspectos de acesso e de possibilidades de uso, com a finalidade de propor diretrizes de projeto urbano que contribuam para a construção de uma perspectiva educadora para o município. A abordagem metodológica para alcançar os resultados esperados trabalha em dois eixos complementares: o teórico-técnico e o participativo, permitindo que o estudo mantenha uma dinâmica de troca sustentável de conhecimentos com a comunidade local. Na metodologia são caracterizados os espaços livre e públicos, os elementos de acessibilidade urbana associados bem como o uso pela população local, na região de estudo. O estudo se desenha a partir de três projetos de pesquisa, sendo dois PIBIC's e um PIC170: A. Espaços livres públicos: acessibilidade para todos, B. Espaços Livres Públicos na Cidade Educadora e C. ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS NA CIDADE EDUCADORA: Conceitos, metodologias e instrumentos aplicados ao contexto ambiental em área piloto da Grande Santa Luzia, em Criciúma, Santa Catarina. Na fase atual estão se realizando os estudos bibliográficos e os levantamentos locais que apoiam as definições de recorte na área e as costuras teóricas que são utilizadas tanto para a composição de conceitos quanto para as análises dos dados. A situação construída de integração das pesquisas sobre o mesmo eixo temático ampliou as possibilidades de aprendizado e de conhecimentos, oferecendo aos professores e aos acadêmicos envolvidos uma real oportunidade de experimentar aspectos práticos ligados a interdisciplinariedade e a sustentabilidade também em nível teórico.

INTRODUÇÃO

A cidade pode incluir uma série de funções e, dentre elas, está a de ofertar aos seus cidadãos espaços públicos que possibilitem o exercício da cidadania plena, em um convívio coletivo integrador, saudável e criativo. Esta “função” se soma a outras para definir o adjetivo “educadora” para a cidade. Para se tornar uma “Cidade Educadora”, a cidade deve se assumir como ente coletivo, que reconhece seu papel de agente direto e intencional no processo de formação de seus cidadãos, tomando para si a responsabilidade e a vontade de realizar uma ação educadora que fortaleça a cidadania dos indivíduos e dos grupos que permeiam sua existência (BERNET, 1997).

A partir deste entendimento, compreendemos que quando a cidade intenciona desenvolver tal função poderá atuar em duas frentes: como tratamento normativo e de gestão urbana, que considera a administração da cidade em viés ambiental e participativo e, por outra frente, como tratamento analítico do contexto, que considera a

problematização das condições sociopolíticas em que emerge o discurso e a prática sobre sustentabilidade aplicado às cidades.

Neste artigo vamos abordar a questão da “Cidade Educadora” realizando uma análise do contexto da acessibilidade espacial relacionada ao tratamento urbano dado em um bairro de Criciúma. Esse recorte é sensível ao quadro brasileiro em que, segundo dados do IBGE levantados em 2010, 17,2% da população possui algum tipo de limitação funcional - físico-motora, cognitiva e sensorial, originando uma situação em que grande parte deste grupo não tem acesso e, conseqüentemente, efetiva participação nas diversas atividades sociais, inclusive aquelas que acontecem em espaços livres públicos (IBGE, 2012).

Do ponto de vista do espaço de cidade, este contexto se expressa nas calçadas mal conservadas, mal sinalizadas e/ou com obstáculos; nos pisos táteis mal colocados, na incorreta inclinação de calçadas e rampas de acesso; entre outros tantos problemas que dificultam o uso e a apropriação dos espaços da cidade pelas pessoas com deficiência, seja ela permanente ou temporária. Este quadro de oferta de acessibilidade universal deve ser entendido como direito e dever dos cidadãos, da sociedade, e como dever do Estado quanto a oferta de espaços *públicos*, entendido em seu contexto originário, em latim *publicus*, “de todos” (SAVI, 2016).

O recorte do estudo se estabelece em área de atuação da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), no “Programa Território Paulo Freire”. Este Programa desenvolve doze projetos de extensão interdisciplinares de caráter participativo, focando nos aspectos do empoderamento da sociedade e na sustentabilidade urbana, tendo como área a região da Grande Santa Luzia, no município de Criciúma, inserida na área urbana da cidade (Figura 1).

A. (1) Grupo de usuários: pessoas com deficiência; (2) Tipo de lugar: espaços livres públicos; (3) Fenômeno sócio-comportamental e socioespacial; e também

B. (1) Caracterização dos espaços; (2) tipos de usos; (3) período de uso; e (4) relação cotidiana da população com os espaços livres públicos.

C. (1) Definir critérios e categorias para leitura e representação de dados ambientais da área. (2) Identificar e caracterizar as áreas protegidas existentes na área do recorte. (3) Analisar resultados elaborando croquis e esquemas para apoiar a execução de mapas; (4) Reunir resultados dos estudos A e B apoiando a integração de dados no mapeamento elaborado pelo estudo.

A abordagem metodológica para alcançar os resultados esperados trabalha em dois eixos complementares: o teórico-técnico e o participativo, permitindo que o estudo mantenha uma dinâmica de troca sustentável de conhecimentos com a comunidade local. Essa postura apoia-se nos conteúdos temáticos trazidos por autores como Christopher Alexander e Zuleica Patrício Karnopp, resgatando a perspectiva conceitual de “cidade educadora”, como uma unidade que se constrói simultaneamente dentro do processo de ensinar-aprender cidadania (SAVI, 2016; SIERVI, 2016).

1. RECONHECENDO A ÁREA DE ESTUDO: espaços livres na o piloto no bairro de São Defende.

Para aplicação inicial foi selecionada uma área piloto dentro da delimitação do Território Paulo Freire, na região da Grande Santa Luzia. O bairro selecionado foi o São Defende, conforme destaque ilustrado da Figura 2. Além dos aspectos de regularidade da malha urbana, também se considerou nesta definição do recorte a existência de dois projetos de extensão que atuam neste contexto (Projeto Escola Caetano Ronchi UNACET/UNESC e Projeto Ambiente e cidadania PROPEX/UNESC), uma vez que a partir deles se ampliam as possibilidades de realização de ações integradas com a comunidade escolar.

Figura 2: Localização da área piloto e recorte de levantamento inicial na região do Território Paulo Freire/UNESC. Fonte: Savi, Siervi e Pamplona (2017)





caracterização dos espaços livres da área piloto levou em consideração a leitura da morfologia de lotes e das ocupações pelas edificações. Este levantamento permitiu o mapeamento dos espaços livre privados e públicos da área e identificação de formas de ocupação da área, Figura 3.



Figura 3. Identificação dos espaços livres na área recorte. Primeiras aproximações por mapeamento. Fonte: Relatório de pesquisa 2016-2017. Fonte: Savi, Siervi e Pamplona (2017)

Verificou-se que a maior percentagem de espaço livre público está definida pelo sistema viário e que outras áreas livres públicas presentes estão restritas aos equipamentos públicos ou institucionais, ou seja: escola, igreja, centro comunitário e área de preservação permanente (neste caso é uma área estabelecida legalmente na nascente do Santo André), conforme apresentado nas Figuras 4 e 5.



Esta caracterização inicial é o ponto de partida para a convergência dos projetos no que diz respeito ao cumprimento de seus objetivos específicos.

2. ESTABELECENDO BASES PARA CONSTRUÇÃO CONCEITUAL: *espaços livres, públicos e acessíveis na cidade educadora*

O ponto de partida e de chegada do estudo está ancorado na construção conceitual porque há necessidade de se integrar as bases de concepção da “Cidade Educadora”, que possui sua perspectiva fortemente ancorada em abordagens do campo disciplinar da educação (GADOTTI, 2009; BERNET, 1997), aos conceitos e pressupostos da Arquitetura e do Urbanismo. Esta aproximação é fundamental para aperfeiçoar e amadurecer as propostas de aplicação e de implantação da “sala de aula urbana” que é a proposta síntese da “Cidade Educadora”. Entendemos que a proposta da “cidade que educa” é pano de fundo para o fortalecimento de uma gestão urbana em nível socioambiental, dando-se, por essa razão, importância à participação da sociedade como caminho ao aumento das potencialidades e das contribuições das pessoas na construção de uma cidade mais humana e coletiva (GADOTTI, 2009).

Neste sentido, há que se pensar em espaços na cidade que permitam que essa qualidade participativa se expresse e, neste âmbito conceitual, os espaços livres e públicos são entendidos na Arquitetura como qualificadores do ambiente da cidade, permitindo que seus habitantes convivam entre si, em trocas intergeracionais, atividades de cultura e de lazer, enfim que se aproximem de processos que promovam e fortaleçam sua cidadania urbana (SIERVI, 2016).

Estabelece-se, desta forma, possíveis pontes conceituais. Em uma primeira aproximação podemos definir que em uma cidade educadora os conhecimentos são compartilhados, possibilitando a promoção criativa da sustentabilidade, criando novas

possibilidades de relações de convívio entre indivíduos e entre os espaços do bairro, respeitando-se as condições e os recursos disponíveis, sejam eles naturais ou construídos. Esta configuração atua diretamente sobre a qualidade de vida da população e sobre a forma como esse “espaço educador” é utilizado pela população, considerando-se que estes são espaços coletivos e públicos (com funções de conexão, lazer e recreação) que guardam relação direta com a qualidade de vida, influenciando as relações sustentáveis do espaço com os seres humanos (SIERVI, 2016).

2.1 Espaços urbano e os espaços livres públicos na Cidade

Por definição, o espaço urbano é formado por ambientes construídos – áreas edificadas por residências, indústrias, comércio, serviços e arquiteturas institucionais, além dos espaços destinados às circulações de pessoas e veículos e dos resquícios não edificadas definidos como “espaços livres de construção”. Estes espaços são: quintais, jardins, ruas, avenidas, praças, parques, rios, matas, mangues, praias urbanas, ou simples vazios urbanos. Dentre estes espaços ainda há a diferenciação entre o que é público e o que é privado.

Os espaços livres públicos se definem como bens de propriedade pública, com diferentes graus de acessibilidade e de apropriação que se classificam em: **1. bens de uso comum do povo** - espaços de apropriação pública por excelência: a rua, a praça, o parque urbano, a praia, etc; **2. bens de uso especial** - destinados a atividades específicas: os espaços livres de uma escola pública ou de algum outro edifício pública, por exemplo); e **3. bens dominicais: são** bens disponíveis, sem destinação pública definida: terras devolutas e área livres de prédios públicos desativados ou sem destinação pública específica (QUEIROGA , 2011).

Os espaços livres públicos formam um subsistema dentro do sistema de espaços livres. O principal espaço livre urbano é a rua, elemento fundamental de conexão na cidade, por onde ocorre grande parte da vida cotidiana da sociedade urbana. Parques, praças, mirantes, calçadas, promenades, unidades de conservação de proteção integral, lagoas, praias, rios, etc. se constituem nos demais elementos desse sistema.

Entendendo que todos espaços livres de uma cidade configuram um Sistema de Espaços Livres, igualmente o conjunto de espaços livres públicos estruturam um subsistema dentro desse sistema maior de espaços livres. Outra questão importante é entende que o principal espaço livre urbano é a rua, sendo elemento estruturador de

conexão e geração de vida cotidiana na cidade, sendo os parques, as praças, calçadas, as unidades de conservação etc os demais elementos desse sistema de espaços livres. Podemos entender então que o sistema de espaços livres públicos é o principal subsistema de espaços livres que atende à esfera de vida pública, ou seja aos bens de uso comum da população (QUEIROGA , 2011).

Questões como a localização, a acessibilidade e a distribuição dos espaços livres públicos definem um complexo sistema de conexões com múltiplos papéis na cena urbana, porque são vários os seus usos, sendo algum deles: ócio, circulação urbana, conforto, conservação e requalificação ambiental, drenagem urbana, imaginário e memória urbana, lazer e recreação (MACEDO; CUSTÓDIO, *et. al.*, 2009).

2.2 Acessibilidade na Cidade

Pensar em acessibilidade em nível urbano possibilita ampliar este conceito uma vez que podemos identificar variados graus de “acessibilidade”, tais como o físico, o social, o cultural, o acesso normativo entre outros. Em todos os casos, a questão da acessibilidade deve ser observada quanto as restrições seja de acesso ou de usos.

Como espaço público foi definido como de apropriação e propriedade pública, um parque cercado ou um zoológico, de propriedade do Estado, que requer pagamento, são considerados espaços públicos. O potencial de transparência, acessibilidade e visibilidade é maior no espaço público.

Neste sentido, a acessibilidade torna-se um conceito amplo que supera o senso comum da simples necessidade de uma rampa. No sentido da acessibilidade física, é necessário que coexistam quatro componentes: deslocamento, orientação espacial, uso e comunicação atendendo às diferentes capacidades de maneira que a ausência de apenas um deles afeta o acesso integral, como apontam Dischinger, Bins Ely e Borges (2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na fase atual dos estudos já se realizaram os estudos bibliográficos e os levantamentos locais que apoiam as definições de recorte na área e as costuras teóricas que são utilizadas tanto para a composição de conceitos quanto para as análises dos dados.

Os levantamentos atuais iniciais se sistematizaram nos relatórios de pesquisa abrindo espaço para que seja possível avançar com a etapa de aproximação comunitária. Espera-se que os resultados destas pesquisas contribuam para aperfeiçoar a reflexão sobre o papel da gestão dos espaços urbanos, tanto pela administração pública quanto

pelas comunidades, promovendo a melhoria da acessibilidade e possibilitando a configuração de espaços educadores que fortaleçam a cidadania e a inclusão social.

A situação construída de integração das pesquisas sobre o mesmo eixo temático ampliou as possibilidades de aprendizado e de conhecimentos, oferecendo as professoras e as acadêmicas envolvidas uma real oportunidade de experimentar aspectos práticos ligados a interdisciplinariedade e a sustentabilidade também em nível teórico.

REFERÊNCIAS

BERNET, Trilla Jaume. **Ciudades Educadoras**: bases conceptuales. In: *Cidades Educadoras*. Curitiba: ed. da UFPR, 1997. p. 13-34.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente Secretaria de Biodiversidade e Florestas. **Sistema nacional de unidades de conservação da natureza**: lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. 5.ed Brasília: MMA/SBF, 2004. 56 p.

BRASIL. **Cartilha do Censo 2010** – Pessoas com Deficiência/ Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília: SDH PR/SNPD, 2012.

DISCHINGER, Marta; BINS ELY, Vera Helena Moro; BORGES, Monna Michelle F. C. **Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas**: o direito à escola acessível. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2009.

GADOTTI, Moacir. **Município que educa**: História, conceitos e fundamentos. Rede Social Município que Educa. São Paulo: Instituto Paulo Freire. 2009.

MACEDO, Silvio S. et al. **Os sistemas de espaços livres da cidade contemporânea brasileira e a esfera de vida pública**: considerações preliminares. In: *Encúntro de Geógrafos de América Latina, 12º.*, 2009, Montevideo. Anais do XII EGAL, 3- 7 abril. Montevideo: Universidad de la República, 2009. p. 1-12.

PAMPLONA, Maurício. SIERVI, Elizabeth de. **Sistema de espaços livres na Região da Grande Santa Luzia, Criciúma/SC**: Contribuições para inserção da comunidade na qualificação do espaço urbano municipal. In: 13º Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, Salvador, 2016.

SAVI, Aline *Eyng*. **Espaços livres públicos: acessibilidade para todos**. Projeto de Pesquisa PIBIC/CNPQ/UNESC. Criciúma, 2016.

SAVI, Aline *Eyng*. SIERVI, Elizabeth de. PAMPLONA, Maurício. **CIDADE EDUCADORA E SISTEMAS DE ESPAÇOS LIVRES NA ABORDAGEM DA ACESSIBILIDADE**: *estudo de caso na região da grande Santa Luzia, em Criciúma*. Relatório de Pesquisa - Grupo de Pesquisa Sistema de Espaços Livres em Criciúma/UNESC. 2017.

SIERVI, Elizabeth M. C. de; FAEDO, Julia Mendonça. **ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS NA CIDADE EDUCADORA**: Conceitos, metodologias e instrumentos aplicados ao contexto

ambiental em área piloto da Grande Santa Luzia, em Criciúma, Santa Catarina. *Projeto de Pesquisa. Programa PIC Artigo 170, UNESCO, 2017.*

SIERVI, Elizabeth de. **Espaços Livres Públicos na Cidade Educadora**: Conceitos, metodologias e instrumentos aplicados ao contexto da acessibilidade na Arquitetura e do Urbanismo em área piloto da Grande Santa Luzia, em Criciúma, Santa Catarina. Projeto de Pesquisa PIBIC/CNPQ/UNESCO. Criciúma, 2016.